

Fomento Rural transforma realidades no campo baiano

O programa é voltado para famílias de agricultores de baixa renda

O Programa Fomento Rural tem ampliado as ações de inclusão produtiva no meio rural da Bahia, beneficiando 4.760 famílias entre 2024 e 2025, com investimento total de R\$ 21,9 milhões.

Executada no estado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiatel), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a iniciativa assegura repasse de R\$ 4,6 mil por família, aliado a acompanhamento técnico e social contínuo.

Famílias beneficiadas

Voltado a famílias rurais de baixa renda, o programa apresenta forte protagonismo feminino.

Do total de atendidos, 83,4% dos lares são chefiados por mulheres, evidenciando o papel central das agricultoras na produção de alimentos e na dinamização da economia dos territórios. Em 2024, foram beneficiadas 2.089 famílias, número que subiu para 2.671 em 2025, ampliando o alcance da política pública em diferentes regiões do estado.

Os recursos são aplicados na



Ascom BA

O acompanhamento técnico acontece de forma integrada

estruturação de projetos produtivos, com destaque para atividades como avicultura, horticultura, caprinocultura, ovinocultura e fruticultura. As ações fortalecem a agricultura familiar, contribuem para a segurança alimentar e ampliam a geração de renda no campo, com foco na sustentabilidade produtiva e na autonomia das famílias atendidas.

O acompanhamento técnico ocorre de forma integrada à Chamada Pública de Assistência Técnica

e Extensão Rural (ATER) Biomas, garantindo orientação permanente para a correta aplicação dos recursos e o desenvolvimento eficiente das atividades. Nesse processo, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários da Bahia (Unisol-BA) atua como entidade executora da ATER, acompanhando agricultores e agricultoras do Vale do Jequiçá.

Recursos

Entre os exemplos está a agricultora Daiana Santos, da

comunidade de Água Comprida, em Jaguaquara. Beneficiária do programa, ela relata que o recurso foi fundamental para a transição da produção de graviola para a cacauicultura e para a implantação de um sistema de irrigação. “O Fomento chegou na hora certa. Com a primeira parcela, implantei o cacau e fiz a adubação. A segunda parcela foi para irrigação, essencial no período de seca”, afirmou.

Segundo a presidente da Uni-

sol-BA, Anne Sena, o investimento também solucionou limitações estruturais enfrentadas pelas famílias. “Antes, muitos agricultores transportavam manualmente os canos de irrigação. Com o recurso, foi possível adquirir encanação suficiente para atender toda a área produtiva”, explicou.

Fortalecimento

Criado pela Lei nº 12.512/2011 e regulamentado em 2017, o Programa Fomento Rural integra a estratégia nacional de inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade no campo. Na Bahia, consolida-se como uma das principais políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Para o secretário de Desenvolvimento Rural, Osni Cardoso, o programa representa a força da parceria entre o Governo da Bahia e o Governo Federal na promoção do desenvolvimento rural sustentável. “É uma política que chega direto às famílias, fortalece a produção de alimentos, movimenta a economia local e cria condições reais para ampliar a renda no campo, combater a vulnerabilidade social e valorizar o trabalho de quem vive e produz nas áreas rurais do estado”, destacou.

Ceará aprova reajuste do piso docente

HELENE SANTOS

A Assembleia Legislativa do Ceará aprovou, nesta quinta-feira (5), Mensagem enviada pelo Governo do Estado que garante o piso nacional do magistério e promove a reestruturação do sistema remuneratório dos professores de nível superior do grupo ocupacional Magistério da Educação Básica (MAG).

A medida assegura reajuste linear de 5,4%, retroativo a janeiro, contemplando profissionais ativos, aposentados, pensionistas e professores temporários da rede estadual.

Com a aprovação, o Ceará reforça a política de valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para a manutenção dos bons indicadores educacionais alcançados pelo Estado nos últimos anos. O reajuste atende ao piso nacional da categoria e amplia direitos, consolidando a educação pública como prioridade da gestão estadual.

A nova legislação estabelece que a remuneração inicial da car-

reira passe a ser de R\$ 7.181,41, podendo alcançar R\$ 21.171,98 para professores com titulação de doutorado. O texto também prevê a atualização da Parcela Variável de Redistribuição (PVR/Fundeb) para professores temporários, assegurando maior equidade entre os vínculos profissionais existentes na rede estadual.

A proposta beneficia cerca de 68 mil matrículas de docentes efetivos e temporários, com impacto financeiro anual estimado em R\$ 255,1 milhões. O investimento integra um conjunto de ações estruturantes voltadas à valorização do magistério e à melhoria das condições de trabalho nas escolas públicas estaduais.

Entre os avanços previstos no Projeto de Lei está a garantia de 45 dias de férias anuais para os profissionais do MAG, com o pagamento do adicional legal.

A medida também permite que parte da carga horária destinada às atividades extracurriculares seja cumprida em ambiente de livre

escolha do professor, ampliando a autonomia docente e contribuindo para o aprimoramento do planejamento pedagógico.

A iniciativa reafirma o compromisso do Governo do Ceará com uma educação pública de qualidade, reconhecendo o papel central dos professores no processo de ensino-aprendizagem.

Ao assegurar melhores condições de trabalho, remuneração adequada e descanso regulamentado, o Estado busca fortalecer a carreira docente e garantir impactos positivos diretos na aprendizagem dos estudantes da rede pública estadual.

Além da recomposição salarial, a política de valorização do magistério no Ceará inclui investimentos contínuos em formação continuada, infraestrutura escolar e ampliação do tempo integral, ações que vêm posicionando o Estado entre os melhores resultados educacionais do País, especialmente no ensino fundamental e médio.



Projeto do Executivo reestrutura sistema remuneratório